

**A água e o óleo: Anarquismo e o
Sindicalismo de Intenção Revolucionária
frente ao ativismo anticlassista e
pós-estruturalista**

Kauan Willian

19/01/2019

Conteúdo

Quando um anarquista de massas está falando de classe trabalhadora e poder	6
O Sindicalismo de Intenção Revolucionária e opressões dentro da classe trabalhadora	14
“Lugar de fala” vs construção do poder popular	16

“Só a revolução universal é suficientemente forte para inverter e quebrar o poder organizado do Estado, sustentado pelos recursos das classes ricas. Mas a revolução universal é a revolução social, é a revolução simultânea dos povos dos campos e das cidades. É isso que é preciso organizar, – porque sem uma organização preparatória, os elementos mais fortes são impotentes e nulos.” – Mikhail Bakunin

“O anarquismo, apartado do movimento operário, entrou de definhando, de se consumir num criticismo estéril e impotente, de se dividir em pequenas capelas, com infiltrações de individualismo burguês ou de misticismo, divagações metafísicas e torneios intelectuais de diletantes e de esnobes.” – Neno Vasco

“A emancipação da mulher não está na igualdade desta perante o homem, nas prerrogativas políticas, de mando e de trabalho, mas sim na emancipação da humanidade da tutela política e na igualdade econômica e social de todo gênero humano. [...] Igualá-la aos homens é ficar onde estamos. Nós devemos lutar ao seu lado e junto aos homens para que a emancipação da mulher seja um fato, não para a mulher, ou para o homem, mas para todas as pessoas (inclusive crianças e adolescentes) para a humanidade, porque os dois sexos se integram e se completam.” – Centro Feminino Jovens Idealistas

Durante a Primeira Internacional dos Trabalhadores no século XIX, importante organismo de caráter internacional e internacionalista que reuniu as principais vertentes do movimento operário do mundo, os coletivistas – mais tarde chamados de anarquistas – tinham uma tarefa muito difícil para a implementação de sua proposta. Eles tiveram que radicalizar o mutualismo, incluindo a de Proudhon, muito influente dos primeiros congressos, ao mesmo tempo combater o centralismo, influenciado por Karl Marx, um dos líderes desses encontros. Para discutir com marxistas, os membros da Aliança da Democracia Socialista, como Charles Perron, Giuseppe Fanelli, James Guillaume, Mikhail Bakunin, tinham como um de seus objetivos, ressaltar a importância do federalismo, já defendido pelos mutualistas, ou seja, das tomadas de decisões pela base, “de baixo para cima” em contraposição de um centralismo partidário de “cima para baixo.” Nesse sentido, as federações e decisões de fábricas locais deveriam se juntar a organismos maiores, por cidades, estados e países, depois em uma grande federação internacional, mas respeitando decisões particulares, ao mesmo tempo que confluindo com decisões de caráter mais amplo e universalistas, para eles o anti-capitalismo, o anti-estatismo, o anti-imperialismo e libertações nacionais, a igualdade de gênero nas relações de trabalho e pessoais, a busca por melhores condições de trabalho e de vida, etc.

Mas para radicalizar a proposta de mutualistas e de individualistas, já que anteriormente alguns (bem poucos) no movimento operário tinham flertado com textos liberais, de Nietzsche e depois de Stirner, os membros aliancistas deixaram claro sua tendência socialista, anti-capitalista e, principalmente Bakunin, a relação da influência da construção da sociedade, da economia e da cultura na formação do ser, assim como a relação coletiva dentro dessas esferas para a construção da liberdade:

“A liberdade dos indivíduos não é um fato individual. É um fato, um produto coletivo. Nenhum homem conseguiria ser livre isolado e sem a contribuição de toda a sociedade humana. Os individualistas, os falsos amigos que combatemos em todos os congressos de trabalhadores, afirmaram, com os moralistas e os economistas burgueses, que o homem podia ser livre, que podia ser homem, afastado da sociedade, dizendo que a sociedade tinha sido fundada por um contrato de homens anteriormente livres. [...] Esta teoria — desenvolvida por Jean-Jacques Rousseau, o escritor mais nefasto do século XVIII, o sofista que inspirou todos os revolucionários burgueses —, denota uma ignorância completa tanto da natureza como da história... Imaginem o homem, dotado pela natureza com as faculdades mais geniais, afastado desde a tenra infância da sociedade humana, num deserto. Se ele não percesse miseravelmente, o que seria o mais provável, ficaria um bruto, um macaco privado da palavra e do pensamento —, pois o pensamento é inseparável da palavra: ninguém consegue pensar sem linguagem. Mas o que é a palavra? É a comunicação, é a conversação entre indivíduos. O homem animal só se transforma em ser humano, isto é pensante, por esta conversão, só pela

conversação. A sua individualidade humana, a sua liberdade, é pois produto da coletividade. [...] O homem só se emancipa da pressão tirânica exercida sobre ela pela natureza exterior com o trabalho coletivo; pois o trabalho individual, impotente e estéril, nunca saberia vencer a natureza.(...)” (BAKUNIN, s.d, p.32-33).

Entendo que a constituição da liberdade se daria de maneira relacional com elementos da sociedade, Bakunin deixava claro a importância da organização de trabalhadores e trabalhadoras através de suas questões materiais, ao mesmo tempo a organização política anarquista, como exemplo a própria Aliança da Democracia Socialista, que ao contrário de centralizar o poder de cima para baixo, influenciaria e radicalizaria uma possível tendência reformista, porém de tendência revolucionária, nas lutas de curto prazo dos sindicatos, assim, para os aliancistas visando destruir o Estado-Nação, o capitalismo e a superação de outras formas de dominação, como de raça e gênero.

“É verdade que há [no povo] uma grande força elementar, uma força sem dúvida nenhuma superior à do governo e à das classes dirigentes tomadas em conjunto; mas sem organização uma força elementar não é uma força real. É nesta incontestável vantagem da força organizada sobre a força elementar do povo que se baseia a força do Estado. Por isso o problema não é saber se o povo pode se sublevar, mas se é capaz de construir uma organização que lhe dê os meios de se chegar a um fim vitorioso – não por uma vitória fortuita, mas por um triunfo prolongado e derradeiro” (BAKUNIN; MAXIMOFF, 367,70).

Para o militante russo e os aliancistas, é impossível uma mudança sem revolução e uma revolução sem organização. Para isso, é necessário juntar elementos relacionais de exploração, formando uma força, um contra-poder, necessário para a superação de um sistema estrutural de dominação através de uma revolução.

Trago esse exemplo clássico do passado de formação do anarquismo, conhecido entre a nossa família política socialista libertária, para evidenciar nesse texto uma questão do presente. Como elementos individualistas presentes em argumentos derivados de teorias liberais, anticlassistas e pós-estruturalistas não só não combinam com essa tradição do anarquismo apresentada, mas emperra a sua principal estratégia, o sindicalismo de intenção revolucionária, e sua visão clássica de enfrentamento de sistemas de dominação, a ligação de forças para um fim único. Em outras palavras, como argumentos e movimentos sociais que levam ideias individualistas – isso concebe movimentos que diluem ou negam a luta de classes, ou mesmo que concebem o liberalismo um horizonte possível – não só são exógenas a esse anarquismo e sua estratégia de massas, mas um de seus oponentes históricos, não podendo adentrar em suas organizações.

Para isso, devemos debater primeiramente a questão sobre o significado da classe trabalhadora para o anarquismo, já que um dos argumentos de movimentos sociais que diluem a luta de classes ou mesmo anticlassistas é que o conceito de classe trabalhadora deve ser superado. Apresentamos que a premissa dessa “classe trabalhadora” é verdade para um conceito de classe, de certo marxismo, não para o anarquismo ou para estudos recentes da classe trabalhadora, até mesmo marxistas. Essa parte também é importante rebater a ideia que o anarquismo (pelo menos o dessa tradição) foi contra o poder em si, e o que significa poder e contra-poder na estratégia de massas do anarquismo que é oposta a tradição foucaultiana, que muitas vezes esses argumentos apresentam, mesmo inconscientemente. Após isso, vemos como a estratégia do sindicalismo de intenção revolucionária – isso inclui associações de mulheres, negros, etc – através de um exemplo, o da luta feminista em torno do Centro Feminino Jovens Idealistas, operou com questões tidas como “transversais ou horizontais” na sua prática, Dessa maneira, podemos rebater o argumento que foi só depois da metade do século XX, e com teorias advindas com a queda do muro Berlim que anarquistas e o movimento operário trataram essas questões, embora, sabendo que houve muitos problemas na prática com isso, devemos sempre modificar questões do presente com a tradição histórica e, de certo, estudos pós-estruturalistas deram certa contribuição, mas que isso não significa aceitar seu *modus operandi* e premissas, como o anticlassismo, o individualismo ou liberalismo. Após isso, concluiremos afirmando, em contraposição com argumentos liberais em certo ativismo, que, ao contrário de ultrapassado, essa tendência anarquista, adaptado com a linguagem e tradições de luta

de cada localidade e interesses da classe trabalhadora, é muito importante para a construção do anti-fascismo, e da superação do capital, do estado-nacional, do patriarcado e outras formas de dominação e defendê-las está longe de racismo ou misoginia.

É necessário ressaltar que este não é um texto com rigor metodológico, existe uma bibliografia e construção historiográfica e sociológica sobre o assunto, da qual eu mesmo faço parte, e tentarei referenciar para os interessados adentrarem o debate. Sabemos que o campo pós-estruturalista, pós-moderno e liberal é amplo e não temos tempo de analisar ou refutar nenhuma obra ou pensamento específico, o que estamos citando aqui, são argumentos que militantes nos dias atuais comumente são defrontados, inclusive dentro do anarquismo. Bookchin (2011) já tinha anunciado no século passado a infiltração de argumentos e práticas individualistas no anarquismo estadunidense e foi um confrontador dessas tendências. Na verdade, em escrito recente, feito pelo historiador Rafael Viana da Silva coloca que

“O anarquismo nasce rejeitando variadas teses marxistas (como a tomada do Estado e ação parlamentar), mas concorda com a crítica ao capitalismo, o anti-capitalismo e a necessidade de uma revolução social violenta para mudar radicalmente a sociedade. [...] Apesar de todas essas experiências de massa e com raízes na classe trabalhadora, a mitologia entre um “velho” e “novo” anarquismo foi reforçada por diferentes intelectuais (e apropriada comodamente pelos que ansiavam por um anarquismo “light”), muitos destes oriundos das fileiras do Maio de 1968 francês e que ignoraram a presença classista e ativa dos anarquistas nos movimentos sociais e sindicais da década de 50 e 60. Parecia então, que o classismo anarquista e seu enraizamento nas lutas sindicais e de massa eram coisa do passado (SILVA, 2018, p.3-6).”

Na questão brasileira, é necessário levar em consideração o aparelhamento dos anos do governo do Partido dos Trabalhadores que, ao invés de inflarem as bases e radicalizarem os movimentos sociais, estagnaram a luta de classes através de seu pacto com setores burgueses, fazendo crescer, até entre ditos anarquistas, ideias de que a social-democracia, o liberalismo social ou até mesmo o liberalismo eram algo natural da esquerda. Debatendo ainda essa discussão, esse escrito faz parte de uma conversa fraterna entre membros da família política anarquista ou aqueles que se interessam pela construção de um movimento dos trabalhadores e explorados, um texto que indica referências e caminhos. Após a derrocada da social-democracia ou do social liberalismo no Brasil e no mundo, e a necessidade da construção de um projeto antifascista popular, é necessário debater essas questões, e expulsar resquícios liberais, que na minha visão, são até reacionários, do socialismo e de suas vertentes revolucionárias, como o anarquismo.

Quando um anarquista de massas está falando de classe trabalhadora e poder

Um dos principais debates de Bakunin e Marx se referiu aos agentes que seriam motriz da revolução social. Como Marx enxergava os centros do capitalismo como a fonte principal da mais-valia e como as fábricas ligariam mais diretamente os trabalhadores através dessa opressão, a classe trabalhadora fabril, principalmente nos países da Primeira e Revolução Industrial seriam os protagonistas da tomada de poder (o Estado) dos detentores dos meios de produção. Ele acreditava que as forças cosmopolitas desses centros espalhariam a revolução “dos centros às periferias” e que os países que não chegaram a esse grau de desenvolvimento industrial, ou teriam que se desenvolver para protagonizarem essa revolução, ou serem levados depois pelos países mais industrializados que fomentariam a transformação histórica.

Bakunin discordava dessa premissa, para ele, embora também concordando que as forças econômicas seriam determinantes e formariam o ser social e suas resistências, era preciso agir e mobilizar todos os explorados pelo capitalismo e o Estado-nacional, seja direto e indiretamente. O lumpemproletariado -chamado por Marx – fora da exploração da mais-valia direta, prostitutas, ladrões, pessoas em situação de rua, prisioneiros e outros que foram vistos pelo teórico e militante alemão como reacionários. Bakunin, por sua vez, afirmava que eles poderiam sim ser mobilizados e organizados, ele havia provado isso na prática durante sua participação em levantes populares e lutas de libertação nacional nas periferias do capitalismo no período.

Isso não quer dizer que anarquistas não consideravam o que era classe trabalhadora, para mas, para eles, isso compreenderia todos os explorados pelos detentores dos meios de produção, direta e indiretamente. Eles disputavam, então, o conceito de classe trabalhadora, que colocava não só trabalhadores de fábricas, mas todos aqueles que eram obrigados a sobreviverem vendendo sua força de trabalho, inclusive pessoas que não trabalhavam de fato ou escravizados. É fato que alguns anarquistas como Malatesta, em certas ocasiões, falavam da “redenção humana”, ao invés da “redenção de classe” (MALATESTA,2008), tática que visava marcar ainda mais uma diferença entre a luta de classes marxista e anarquista, mas isso foi bem minoritário na tradição global do anarquismo. Para sair de debates teóricos, devemos ver o anarquismo na prática, como ele foi. Nesse sentido, o jornal A Voz do Trabalhador, um dos principais órgãos anarquistas e sindicalistas da história do Brasil do século XX, na sessão de Campinas em 1919, que aglutinava ex-escravizados e trabalhadores imigrantes, colocava como manchete:

MANIFESTO

Trabalhadores do Mundo, uni-vos!
Trabalhadores do Mundo, revoltai-vos!
Trabalhadores do Mundo, instrui-vos!

Anárchico é o pensamento e até
a História caminha para a Anarchia.

No Brasil, na América Latina e outros lugares, estudos empíricos tem mostrado que muitos dos anarquistas eram pequenos proprietários, barbeiros, trabalhadoras de lares, trabalhadores de fábricas, camponeses e pessoas em situação de rua, muitos escravizados e ex-escravizados (HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien). Para Lucien Van der Walt, pesquisador que analisa o anarquismo em comparação global, afirma que na tradição socialista libertária

“a classe trabalhadora inclui todos os trabalhadores assalariados sem controle de seu próprio trabalho, sejam eles empregados da agricultura, da indústria ou dos serviços, e também trabalhadores temporários e informais, assim como suas famílias e os desempregados. O campesinato inclui todos os pequenos agricultores que estão submetidos ao controle e à exploração de outras classes, incluindo meeiros e arrendatários. Estas duas classes, as massas trabalhadoras e pobres do globo, podem ser agrupadas e chamadas de “classes populares”. Estas classes constituem a grande maioria da humanidade e são as únicas com um interesse essencial na mudança da sociedade e com o poder de realizá-la” (VAN DER WALT, 2017, p.95).

Lembrando que não só anarquistas sindicalistas consideravam isso, até mesmo os antiorganizacionistas ou insurrecionalistas – nem sempre individualistas – consideravam grupos fora de sindicatos, diziam que suas ações representavam a classe trabalhadora e, comumente, eram formados por essa classe. Para Lucien, na prática

“o anarquismo teve seu cerne em Mikhail Bakunin e em seus partidários da Internacional; [mas] surgiu simultânea e transnacionalmente, sendo criado por militantes relacionados na Europa, na América Latina, no norte da África e na Ásia central, e reforçado por um “internacionalismo informal” que envolvia publicações, redes e migrações de militantes.” (VAN DER WALT, 2017, p.87)

Isso desmonta a premissa de teóricos e movimentos sociais que dizem que o conceito de classe trabalhadora deve ser superado porque focou no homem branco europeu cis gênero. Pessoas com esse argumento, na minha visão, chegam a ser misóginos, racistas e lgbtfóbicos porque não só ignoram a tradição anarquista concreta mas a luta de mulheres, negros, LGBTI+ antes das teorias pós-estruturalistas, que envolveu a tradição socialista, vide o protagonismo de mulheres na URSS e depois resistindo a sua deturpação, por exemplo (GOLDMAN, 2014). Trabalhadores e trabalhadoras não esperaram uma teoria após a queda do muro de Berlim para se organizarem e resistirem, mostrando suas pautas.



(Lucy Parsons (1843-1942), anarquista e sindicalista ex-escravizada, ajudou a fundar o IWW
-Industrial Workers of the World)

Há inúmeros estudos empíricos levados a cabo pela “história vista de baixo”, pela História Global do Trabalho e pela Nova Sociologia do Trabalho que revela que a maior parte da luta de trabalhadores por questões materiais, salariais, e por melhores condições de vida teve a participação de latino americanos, negros, mulheres, que na verdade compõe a maioria da classe trabalhadora e não o homem branco (LINDEN, 2009).

É óbvio que partidos políticos, ainda mais após a solidificação dos estados nacionais e com o fascismo, após a segunda guerra mundial e o legado cultural do imperialismo e colonialismo, replicaram formas de organização baseadas no homem branco civilizador. A influência do positivismo e cientificismo na esquerda em comparação com a visão das “vontades” de Malatesta e outras organizações foi muito forte, causando práticas misóginas, racistas e políticas lgbtfóbicas e isso as teorias pós-coloniais, feministas e outros, tem grande contribuição para barrar – praticas e teorias do passado e do presente, bom frisar. Não obstante não é possível levar o argumento que organizações socialistas, especialmente anarquistas, por si só, como argumentam outras teorias, vão replicar uma forma contaminada, já que a prática dos movimentos de trabalhadores (e não necessariamente de partidos, associações ou líderes formais) apresentaram outra lógica, fazendo um sincretismo com os seus interesses e teorias, e conseguiram impor seus interesses o que, numa tradição histórica, foi possível emergir esse tipo de debate.



Greve no Peru - 1933

Uma pessoa em um movimento social que rejeita a noção de classe trabalhadora, na verdade, considera a noção de classe, uma bem particular, derivada do chamado “marxismo vulgar” – concordando com o historiador Edward Thompson – escrito por teóricos em volta do stalinismo ou do maoísmo (THOMPSON, 1981). É interessante citar que há inúmeros trabalhos marxistas que também desfoçam o lugar da classe trabalhadora como fabril e branca, considerando textos e práticas de Marx e seus seguidores para além de suas considerações iniciais, refletindo também sobre a obra de O Capital ou mesmo mostrando a prática de movimentos camponeses e de mulheres marxistas diante dessa vertente que pós-estruturalistas costumam jogar luz (MATTOS, 2004).

É necessário ressaltar também que empiricamente, como mostra o trabalho de Marcel Van der Linden (2013), a própria classe fabril não desapareceu na sociedade do século XXI. As redes capitalistas móveis e formas de trabalho que misturam informal e formal – que sempre existiu, mas aumentou -, formas de dominação além da vigilância das fábricas, o avanço das revoluções tecnológicas existem e fazem parte de um capitalismo diferente do século XIX, é verdade. Não obstante, fora da Europa, onde as multinacionais espalham suas fábricas, há um contingente de trabalhadores fabris nunca visto antes, que chega a dez vezes mais do que no fim do século XIX. Esses países envolvem a China, Índia, Japão, os tigres asiáticos, no México, e mesmo em partes continente africano. Esses trabalhadores não podem ser negligenciados por esses teóricos e pessoas que dizem estar “lutando contra toda forma de poder.” Ignorar esses trabalhadores e trabalhadoras é eurocentrismo, tudo que os pós-estruturalistas dizem odiar mais.

A questão do “Poder”, é também um ponto que podemos discutir aqui. Vemos ultimamente muitos anarquistas e até marxistas, liberais sociais e sociais-democratas levarem a cabo uma tradição foucaultiana que diz que, “é necessário lutar contra todo tipo de poder.” Anarquistas historicamente discutiram os pesos de cada sistema de dominação na formação do ser e qual seria o prioritário ou como confluir a luta, de fato. Mas, o que está em jogo nesse caso é que o *modus operandis* de Foucault para o “poder” é um labirinto impossível de sair se for aplicado em movimentos sociais. Não vamos discutir aqui a importância de Foucault na intelectualidade e em várias contribuições que pessoalmente acho importante como dos sistemas prisionais e da vigilância, mas isso não pode ser confundindo com tentar replicar seu sistema de pensamento numa prática militante ou mesmo ativista do socialismo, isso inclui de anarquistas, ainda mais os derivados da estratégia de massas.

Pegaremos o debate “*human nature*” de 1971 que ocorreu entre Chomsky e Foucault para exemplificar o que estamos falando. Esse episódio foi escolhido porque representa as posições de Foucault em cima de indagações hipotéticas empíricas, longe de seus devaneios e retórica teórica. Muitas acham que esse debate centra em torno dos conceitos de Justiça vs Poder (FOUCAULT; CHOMSKY, 2014). Para Chomsky é possível buscar uma sociedade mais justa, mesmo que tenha problemas futuramente, sendo a ética, um dos elementos humanos construídos na nossa civilização para construir um tipo de legalidade e democracia progressivamente. Para Foucault, no entanto, qualquer tomada de poder levaria, inevitavelmente, a outras opressões, portanto nunca haveria um sistema justo de democracia e ética já que foram conceitos baseados na sociedade contemporânea desigual e com um discurso científico que tem o poder como a base. É por isso que ele também rejeita uma justiça provinda da classe trabalhadora e até da proposta de Chomsky, o anarcossindicalismo.

Atentem para o fato que se tudo é poder como Foucault defende, a única forma de resistir seria individualmente, eu me desmembrando em minhas particularidades e negando qualquer forma de associação com supostos opressores, e negando qualquer forma de organização. A visão dele, por exemplo, negaria uma revolução até sindicalista revolucionária ou anarcossindicalista, já que levaria a alguma tipo de poder. Essa é uma visão que anarquistas, como vimos, foram veemente contra já que o conceito de liberdade individual é contrária à construção e às premissas do anarquismo. É aí que muitos defendem a noção de autonomismo, uma política particular que influenciaria e daria força a movimentos, ao mesmo tempo que não oprimiria esse alguém, já que o ativista é livre para escolher diariamente sua forma de ação. Para Felipe Corrêa, estudioso do pensamento e práticas anarquistas, baseado nos mais contemporâneos historiadores e sociólogos do tema, defende:

“Quando os anarquistas afirmaram ser contra o “poder”, coloca Ibáñez, eles utilizavam o “termo ‘poder’ para se referir, de fato, a um ‘certo tipo de relação de poder’, ou seja, muito

concretamente, ao tipo de poder que se encontra nas ‘relações de dominação’, nas ‘estruturas de dominação’, nos ‘dispositivos de dominação’, ou nos ‘instrumentos de dominação’ etc.” A crítica anarquista à exploração, à coerção, à alienação, sempre teve como pano de fundo uma crítica à dominação de maneira geral, incluindo a dominação de classe e as dominações de gênero, raça e entre países ou povos (imperialismo). Ao defender o federalismo, os anarquistas sustentavam, segundo René Berthier, relações sociais forjadas por uma ampla participação nos processos decisórios, por meio de um sistema em que não houvesse “nem captação de todo o poder pelo cume (centralismo), nem atomização do poder (autonomismo)” (CORRÊA, 2012, p.75).

Anarquistas foram contra o centralismo, mas também a um autonomismo particular e individual, buscando um equilíbrio entre igualdade e liberdade. A maioria dos anarquistas não foi contra o poder, mas defendiam que os explorados juntos formariam um contra-poder, ou contra-poderes, uma espécie de força e, deveras, de poder, para destruir o poder originário e estrutural dos males sociais. Ou seja, um poder que teria como base a justiça social e a construção da democracia direta, do federalismo libertário.

O Sindicalismo de Intenção Revolucionária e opressões dentro da classe trabalhadora

A principal estratégia e forma de luta dos anarquistas e de boa parte da classe trabalhadora até do século XX foi o sindicalismo de intenção revolucionária (ANDERSON, 2014) – que compreende aqui o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário. Há textos que marcam a diferença dessas particularidades internas que não discutiremos aqui (CORRÊA, 2013). O que queremos demonstrar é que essas formas de luta, que garantiram direitos básicos a muitas trabalhadoras e trabalhadores que as empregaram como a jornada de oito horas diárias, férias, salário mínimo e outras questões e que foi e continua sendo a principal forma de luta anarquista vai extremamente contra o individualismo, o ativismo, o liberalismo, o *modus operandi* do pós-estruturalismo nos movimentos sociais e as considerações do chamado pós-anarquismo.

O sindicalismo revolucionário, no caso especial brasileiro, por exemplo, mostrava que trabalhadores podiam se organizar independente de religião, etnia, posição política em torno de lutas de curto prazo, mas fora do espectro do Estado e da representação política. Acreditavam e acreditam os anarquistas e sindicalistas revolucionários que a vivência de explorados com outros, ganhando direitos, através de suas lutas, se organizando nas fábricas e se educando sobre o processo do trabalho e de exploração, levariam a eles a fazer uma “ginástica revolucionária” e a refletir sobre ganhos e perdas no processo da luta, encabeçando, num processo que ligaria greves locais e greves gerais, numa revolução ou transformação que destituiria os detentores dos meios de produção, para a tomada e controle pelas mãos de trabalhadoras e trabalhadores, e destruição do estado, ao mesmo tempo em que construiria as bases de uma sociedade onde não era necessário mais patrão e dirigentes políticos estatistas. Mais uma vez, vemos que a transformação para anarquistas está em correlação de opressões, pois opressões seriam ligadas em metas comum a todos, ao mesmo tempo em que a auto-organização e a democracia direta da autogestão, diferentemente da estratificação política do Estado, tentaria barrar opressões entre a classe trabalhadora, através de rotatividade de poder, tomadas de decisões pela base e educação popular, buscando igualdade de gênero, raça e outras questões (SANTOS, 2016).

Isso foi uma das posições do Centro Feminino Jovens Idealistas, um dos grupos protagonistas no processo da greve geral de 1917. Militantes anarquistas e sindicalistas como Emma Menochi, Maria Valeska e Isabel Cerrutti, vendo que, de fato, a maioria dos sindicatos e organizações eram encabeçadas por homens, e que, eles realizavam atos machistas contra elas, decidiram se reunir para discutir suas questões de gênero, e como ligá-las com a luta contra o capital e o Estado:

“Considerando que a emancipação da mulher constitui uma necessidade para a liberdade dos povos e que essa emancipação só se conseguirá mediante a instrução racional e científica e pela luta consciente em prol dos seus direitos e reivindicações, este Centro propõe: 1^o – Reunir em seu seio o maior número possível de pessoas do sexo feminino; 2^o – Manter nas mais estreitas e amistosas relações com todas as pessoas que tenham aspirações de liberdade e com as instituições cujos fins tendam à emancipação da Humanidade; 3^o – Trabalhar no sentido de instituir e educar as mulheres para assim elevar-lhes o caráter e torná-las apta a conquistar a sua emancipação; Para este fim empregará os seguintes meios: a)- Criar escolas gratuitas para as jovens e meninas que desejem instruir-se; b)- Fundar bibliotecas, editar publicações de propaganda de educação e regeneração social; c)- Organizar conferências, festivais instrutivos e recreativos, etc.; 4^o – Combater todos os males sociais assim como as causas que as originam, e aderir a todas as iniciativas que tiverem esse fim.” (Bases de Acordo do Centro Feminino Jovens Idealistas In Santos, 2016, p.154)

Para essas militantes ainda, a “a emancipação da mulher não está na igualdade desta perante o homem, nas prerrogativas políticas, de mando e de trabalho, mas sim na emancipação da humanidade da tutela política e na igualdade econômica e social de todo gênero humano.” (A Plebe In SANTOS, 2016, p.155) O que elas estavam tentando dizer era que, após a reunião de mulheres para as questões específicas, educando e organizando mulheres sobre suas condições e, depois, educando homens nos lares e locais de trabalho, participando de lutas que visavam a tomada de poder por elas, juntos de outras companheiras, elas anexariam suas lutas a questões maiores, de classe, e aí concordavam que apenas a derrota da classe capitalista e do Estado e uma sociedade onde mulheres e homens poderiam resolver a política conjuntamente, fora de 14 horas de trabalho diárias, poderia igualar as relações de gênero. Essas mulheres não negavam as lutas e questões feministas da ordem do dia, preparando uma sociedade futura e esperando uma revolução econômica para fazerem isso, mas tão pouco encaravam suas lutas apenas na igualdade de relação de trabalho ou de voto de homens e mulheres, mas na destruição, junto com homens, de estruturas de dominação.

O Centro Feminino Jovens Idealistas escrevia no jornal A Plebe, com a maioria de redatores homens, participava de Congressos Operários e da Confederação Operária Brasileira, compostos majoritariamente por homens, e por isso, sem deixar suas questões de lado, após a paralisação e greve de uma fábrica onde trabalhava a maioria de mulheres em São Paulo, conseguiram o apoio de homens para realizarem a greve geral de 1917, um exemplo para o operariado no mundo, conseguindo em muitos pontos a redução da jornada de trabalho, um salário mínimo e a igualdade de gênero nos salários e horas trabalhadas. Nesse sentido, embora não declaradas feministas, a historiadora Samanta Mendes defende que essas mulheres imprimiram uma visão feminista na história de mulheres e transformaram o anarquismo a fim de levar as questões de gênero, na prática, a sério (MENDES, 2018). A posição dessas anarquistas que foi seguida pelas principais vitórias de mulheres no movimento operário no mundo vai contra argumentos que dizem “ser o movimento feminista não conectado com questões de classe” ou que “mulheres não devem disputar espaço em ambientes típicos masculinos porque estão carregados de masculinidade” ou que “não devem participar de lutas encabeçadas ou que tenham homens”. Para muitas mulheres anarquistas e sindicalistas revolucionárias, é evidente, havia um limite em educar seus companheiros em casa, ainda mais levando em consideração que eles trabalhavam 14 horas por dia no início do século XX. A igualdade de gênero só era possível num mundo onde as relações de trabalho não obrigavam pessoas a se alienarem e sofrerem e que tivessem tempo de discutir esses problemas de dominação juntos, o que seria só possível numa revolução e por isso precisavam aglutinar forças com outros explorados.

Peguei esse exemplo porque estudei melhor na minha dissertação de mestrado, mas poderia ser inúmeras greves, no passado e presente, de trabalhadores apoiados por coletivos LGBTI+ ou por movimentos indígenas ou negros que tentavam se anexar a greves gerais de trabalhadores e trabalhadoras fabris, ou movimentos de bairros, lutas de transporte, etc a fim de educá-los contra esses sistemas de dominação, ao mesmo tempo em que os ajudariam a destruir o capitalismo ou o estado (ERVIN, 2015).

Infelizmente socialistas economicistas, assim como muitos anarquistas, nesse processo de correlação e imbricamento de forças, ignoravam e ignoram tais questões tidas como secundárias e, por isso, de fato, houve um silenciamento e apagamento de suas lutas e memórias. Mas não é por isso, na minha visão e de muitas e muitos anarquistas e sindicalistas revolucionárias, que vamos ignorar o processo de trabalhadoras e trabalhadores brancos, cis gênero, heterossexuais, etc, que sofrem nas garras do capitalismo e do Estado, podendo ser educados e educadas para confluír a luta contra os verdadeiros oponentes. Assim como os movimentos de raça, gênero e sexualidade devem se organizar para disputar e criar um poder popular com o resto da população, fato que não se dará se apenas ficarem discutindo sozinhos as suas questões particulares.

“Lugar de fala” vs construção do poder popular

“Lugar de fala”, “protagonismo”, e outros termos são comumente empregados e militantes e ativistas estão, cada vez mais, habituados e encontrá-los em movimentos ou usá-los. Poderíamos aqui historicizar o conceito de “lugar de fala”, que tem praxeologia num movimento liberal e apontar os problemas de um socialista ou anarquista usá-los. Essa é uma discussão mais complexa que não cabe aqui. Prefiro dizer que esses termos podem ser bons se ressaltaram que são os agentes dos seus próprios grupos que devem decidir sobre o andamento de seus movimentos, algo que é necessário já que instituições como partidos políticos, universidades e sindicatos oficiais têm privilegiado práticas, de fato, de pessoas de classe média, a maioria brancos e uma dinâmica centralista.

Mas, como dito, isso não pode ser usado para esses movimentos se isolarem da realidade e do imbricamento de forças, a construção de um poder popular, ou seja, um contra-poder. Quando anarquistas mostram sua desconfiança com conceitos como “lugar de fala”, usados por outros companheiros, nesse caso, apontam para o perigo da autonomização do ser, algo criticado imensamente, assim como o centralismo, pelo anarquismo. Uma mulher negra, lésbica, transexual, por exemplo, na visão de muitos empregadores do “lugar de fala”, não apenas liberal, mas tradição nietzchiana e foucaultiana, seria oprimida no movimento negro que tivessem a maioria cis gênero, ou num movimento transexual que tivesse a maioria brancos ou num movimento lésbico com a maioria branco ou cis gênero. A opção de muitos, nesse caso, é o ativismo pessoal, o individualismo, tudo que o anarquismo mais luta contra. Militantes anarquistas sérios iriam pregar que essa pessoa, ao contrário, militasse em todas as organizações que fossem possíveis para sua redenção, que estudasse teoria sobre suas opressões, que participasse de movimentos de educação popular com esse tema e outros, mais ainda, que se juntasse com outros oprimidos contra as razões estruturais de suas opressões, o capitalismo, o patriarcado, o imperialismo e o racismo, a alienação cultural e religiosa, etc. Se essa pessoa é possivelmente oprimida em movimentos sociais, imagina o quanto ela é oprimida na sociedade capitalista e patriarcal e racista? O único meio é ela organizar-se, porém a organização tem sido negada em muitos casos.

O “lugar de fala” também pode guardar um paradoxo para anarquistas, especialmente o de massas. Nesse caso, é comum quando um anarquista critica alguma feminista ou negro de movimentos liberais ou com atitudes liberais, serem chamados “anarcomachos”, coisas do tipo, pois estariam ensinando “pessoas de como se organizarem”, ou “se portarem”, definindo “suas pautas.” É verdade que a posição anarquista é apoiar todos se auto-organizarem, dar voz e impulsionar movimentos contra opressões. Mas, de outro lado, anarquistas lutaram sempre contra o individualismo, o liberalismo e o neoliberalismo, o fascismo, etc. Se eu como trabalhador e anarquista, vejo que sou oprimido pelo liberalismo, sendo o fascismo um alongamento de posições liberais e capitalistas – inclusive na visão de libertárias como Maria Lacerda de Moura (MOURA, 2018) – eu estaria no meu “lugar de fala” de criticar o feminismo ou movimentos negros liberais. Autogestão não significa que tudo será aceito, mas que as coisas serão decididas sobre consenso, através de debate, racionalidade e sem que interesses passem por cima dos outros, sempre juntando o coletivo com o individual e vice-versa. Se eu considerar que uma pessoa pode passar em cima de interesses coletivos, vou considerar que cotas para negros e indígenas é algo racista, já que um vereador negro, Fernando Holyday, tem esse argumento. Cair no “lugar de fala” sem levar em considerações a coletividade e tradições políticas e de movimentos sociais é um engano.

Anarquistas e sindicalistas revolucionários devem ter cuidado, é evidente, em não silenciar pautas e estagná-las, mas transformá-las e radicalizá-las. Por isso a crítica deve ser feita sem elementos misóginos, racistas ou lgbtfóbicos e, nesse caso, estudos desse tema, formação continuada e participação nesses movimentos é imprescindível. Mas deve ser ressaltado movimentos revolucionários que tratam essas pautas, mostrando a movimentos liberais de como podem obter mais resultado se assim seguirem

tais exemplos. É mesmo que, mesmo assim, críticas virão. Já vi casos em ativismo de internet que a resposta para isso foi “não romantize o movimento, esse é o feminismo que posso fazer.” Esse é um argumento muito problemático. Emma Goldman e Rosa Luxemburgo, por exemplo, tinham opiniões divergentes sobre o papel da mulher no processo transformador da sociedade e sobre o uso do Estado. Anarquistas, evidente, criticavam pessoas da posição de Luxemburgo e apoiavam Goldman. É evidente que fariam isso, pois a social-democracia e outros argumentos de Luxemburgo, na visão de mulheres e homens anarquistas, oprimiriam os trabalhadores e explorados. Nesse caso, não é possível “deixar essas pessoas fazerem seu possível” sem propor uma radicalização, pelo menos em horizonte, para ativistas e militantes e apontar os limites da representação política da social-democracia, algo elementar na tradição anarquista (MARSH, 1981).

Na década de 1990, Murray Bookchin já havia polemizado com ditos libertários e anarquistas que não acreditavam mais no movimento operário, que praticavam e defendiam o fim da civilização ou de que a transformação se daria numa perspectiva romântica de ações individuais. Ele afirmava que “os objetivos sociais e revolucionários do anarquismo vêm sofrendo um amplo desgaste, a ponto de a palavra anarquia estar se tornando parte do elegante vocabulário burguês do século XXI – desobediente, rebelde [...] mas [...] inofensivo.” (BOOKCHIN, 2011, p. 48). Mas longe só de criticar e “desconstruir”, Bookchin anunciou formas de organização que, na verdade, tem a ver com a tradição do anarquismo como o municipalismo (organização por moradia), anexando com estudos da ecologia social ou o que chama de ecologia da liberdade, a mistura de lutas de terra, ocupação, organização por moradia e educação ambiental sustentável para a construção de uma sociedade contrária ao industrialismo e que trabalhadoras e trabalhadores plantem sua própria comida e façam seus locais de trabalho e estudo sustentável, desafiando o poder do Estado e do capitalismo (BOOKCHIN, 1982).

Ainda bem que, nos dias atuais, as mulheres revolucionárias de Rojava, seguidas de aliados, seguiram as considerações de um homem – ancorado numa tradição de mulheres e homens – para adaptarem esse pensamento dentro da luta feminista contra o patriarcado, e a autodeterminação de seus povos contra o imperialismo e o fundamentalismo, transformando essa ação numa luta também anti-capitalista e anti-estatista, propondo a auto-organização das trabalhadoras e trabalhadores, a educação popular para mulheres e homens e a autogestão por meio da ecologia social e igualdade de gênero, classe, sexualidade e raça (DIRIK; GRAEBER; COMITÊ DE RESISTÊNCIA CURDA). Coisa que só pode acontecer se estiverem organizadas enfrentando os detentores da dominação e dando um exemplo que só um processo revolucionário pode salvar a todos.



Combatentes curdas no campo de batalha por Raqqa

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial. São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.
- BAKUNIN, Mikhail. Socialismo e Liberdade. São Paulo: Coletivo Editorial Luta Libertária, s.d.
- _____.; MAXIMOFF. Necessidade da Organização. Disponível em < <https://anarquismorj.wordpress.com/necessidade-org-mikhail-bakunin/>>
- BOOKCHIN, Murray. Anarquismo: crítica e auto-crítica. São Paulo: Editora Hedra, 2011.
- _____. The Ecology of Freedom. Palo Alto: Cheshire Books, 1982.
- CORREIA, Felipe. “Anarquismo, poder, classe e transformação social.” Em Debate: Revista Digital, p. 69-89, jul-dez, 2012 .
- _____. “Questões Organizativas do Anarquismo.” Revista Espaço Livre, v. 8, p. 33-48, 2013.
- DIRIK, Dillar; GRAEBER, David; Comitê de Resistência Curda. A Revolução Ignorada: Liberação da Mulher, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio. Autonomia Literária, 2015.
- ERVIN, Lorenzo Kom'boa. Anarquismo & Revolução Negra e outros textos do anarquismo negro. Singuilair, 2015.
- FOUCAULT, Michel; CHOMSKY, Noam. Natureza Humana: Justiça Vs Poder. São Paulo; Martins Fontes, 2014.
- GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e Revolução. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LINDEN, Marcel Van der. “História do Trabalho: O Velho, o Novo e o Global”. In: Revista Mundos do Trabalho, v.1, n.1. 2009.
- _____.:Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho. Editora Unicamp, 2013.
- MALATESTA, Errico. Escritos revolucionários. São Paulo: Imaginário, 2008.
- MARSH, Margaret. Anarchist Women 1870-1920. Philadelphia: Temple University Press, 1981.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. Outubro(São Paulo), v. 20, p. 81-117, 2014.
- MENDES, Samanta. “Anarquismo e feminismo: as mulheres libertárias no Brasil (1900-1930).” In: SANTOS, Kauan; SILVA, Rafael (Org.).História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil. 1ed.Curitiba: Prismas, 2018, v. 1, p. 173-206.
- MOURA, Maria Lacerda de. Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital. São Paulo: Entremares, 2018.
- SANTOS, Kauan Willian dos. “Paz entre nós: guerra aos senhores:” anarquistas em São Paulo diante da Primeira Guerra Mundial. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- SILVA, Rafael Viana da. “A miséria do apoliticismo e as raízes de esquerda do anarquismo.” ITHA:Instituto de Teoria e História Anarquista, 2018.
- THOMPSON, Edward. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- VASCO, Neno. Concepção Anarquista do Sindicalismo. Porto: Afrontamento, 1984.
- WALT, Lucien Van der. “Revolução Mundial: para um balanço dos impactos, da organização popular, das lutas e da teoria anarquista e sindicalista em todo o mundo.” In: FERREIRA, Andrey Cordeiro (ed.).Pensamento e Práticas Insurgentes: Anarquismo e Autonomias nos Levantes e Resistências do Capitalismo no Século XXI: Alternativa Editora: Niterói, pp. 81-118.

Biblioteca Anarquista



Kauan Willian

A água e o óleo: Anarquismo e o Sindicalismo de Intenção Revolucionária frente ao ativismo
anticlassista e pós-estruturalista

19/01/2019

Adquirido em 24/07/2019 de <http://elcoyote.org/a-agua-e-o-oleo-anarquismo-e-o-sindicalismo-de-intencao-revolucionaria-frente-ao-ativismo-anticlassista-e-pos-estruturalista/>

bibliotecaanarquista.org